



Brasília, 19 de março de 2025.

PLENÁRIA NACIONAL – 14, 15 E 16 DE MARÇO

CONJUNTURA

Nos Estados Unidos, as políticas promovidas pela extrema direita têm buscado dismantlar o serviço público, alinhando o aparato estatal à sua ideologia. Um exemplo recente é a iniciativa do presidente Donald Trump de fechar o Departamento de Educação, transferindo suas competências para os estados. Ele justifica essa medida como uma forma de reduzir a burocracia federal e devolver a gestão educacional às autoridades locais. Essa proposta, parte do chamado “Project 2025”, enfrenta obstáculos no Congresso devido à necessidade de aprovação legislativa.

Além disso, a administração Trump, em parceria com Elon Musk e o Departamento de Eficiência Governamental (DOGE), implementou cortes significativos no funcionalismo público, resultando na demissão de milhares de funcionários federais em fevereiro de 2025. Esses cortes levantaram preocupações sobre a eficácia do governo em áreas críticas, como saúde pública e segurança nacional.

No Brasil, em 2020, o governo de extrema direita tentou implementar a PEC 32, conhecida como a “Reforma Administrativa”, em curso no governo Lula. Essa proposta ameaçava a estabilidade dos servidores públicos e abria espaço para contratações sem concurso, favorecendo o apadrinhamento político. Foi vista como uma tentativa de desmonte do serviço público, permitindo contratações diretas em larga escala e comprometendo a imparcialidade e eficiência do setor.

Atualmente, observamos uma descaracterização gradual do serviço público no Brasil. Iniciativas que permitem a contratação de trabalhadores sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) na administração pública minam o regime jurídico único. Há um risco



real de que, se a extrema direita brasileira retornar ao governo central em 2027, utilize o modelo norte-americano como referência para aprofundar o desmonte do serviço público brasileiro, comprometendo ainda mais a qualidade e a imparcialidade dos serviços prestados à população.

É fundamental discutir os desafios e estratégias do atual cenário sindical, marcado por uma complexidade que exige análise cuidadosa. Um cenário que não é apenas desafiador, mas muito, muito complexo — e essa palavra define precisamente o momento vivido.

Em linhas gerais, a pauta política sindical estrutura-se em dois eixos centrais: Reforma Administrativa e Carreira. Esses temas, quando desdobrados, permitem abarcar todas as demandas, equilibrando conteúdo técnico, agenda de reivindicações e mobilização necessária.

No que se refere à Carreira, considerada o elemento mais mobilizador e urgente, o foco deve ser a melhoria salarial e das condições de trabalho, com prioridades:

1. Aprovação da LOA
2. Aceleração por Capacitação, garantindo que os processos não travem o desenvolvimento profissional;
3. Instituição do Reconhecimento de Saberes e Competências conforme redação construída pela CNSC, garantindo para que seja para todos e todas;
4. Redação de artigo na MP estabelecendo explicitamente a correlação entre os níveis A, B, C e D prevista no termo de acordo e step igual para todos os níveis
5. Implementação da Jornada de 30 horas, sem redução de salário, uma demanda que alia qualidade de vida e justiça laboral;
6. Garantir que a transformação dos cargos ocorra sem a redução do número de vagas por



nível de classificação e com área, conforme construção da CNSC.

Sobre a Reforma Administrativa, enfrenta-se um projeto hegemônico de gerencialismo, enraizado no neoliberalismo. Sob o discurso de “modernização” e “eficiência”, busca-se precarizar o serviço público e reduzir direitos, e sacramentada pela mudança de posicionamento do STF em novembro de 2024. Essa decisão estabelece a possibilidade do fim dos concursos pelo RJU e a terceirização dos cargos públicos. Outros pontos que sustentam essa agenda são conhecidos: Avaliação de Desempenho e Dimensionamento da Força de Trabalho. São mecanismos que visam transformar o Estado em uma máquina orientada para cortes de gastos, não para servir à população.

Os sindicatos, no entanto, precisam fomentar este debate. O saldo positivo da última greve indicou um caminho: é nas mobilizações que surgem novas vanguardas. Mas, para ter êxito, é necessário repensar a organização de quem vive do trabalho, priorizando democracia nas entidades. Sem participação efetiva da base, não há vitória possível.

Por fim, é crucial lembrar que as dificuldades econômicas não podem justificar o abandono de pautas como recomposição de perdas, equiparação de benefícios e data-base. Não há espaço para a ideia de que “não é o momento” — o momento é sempre agora. E é momento também de nos solidarizarmos com os demais trabalhadores pelo fim da Escala 6x1.

Se não houver avanço nesses pontos, todos estão fadados ao fracasso. A escolha é nítida: ou há reinvenção com democratização das estruturas e enfrentamento unido ao gerencialismo, ou será inevitável ser engolido por um projeto que beneficia apenas interesses alheios aos trabalhadores.

Nesse sentido, a Plenária orienta:

- ✓ Rodada de assembleias, durante o mês de março para construção do Estado de Greve, tendo como data indicativa o dia 1º de abril;
- ✓ Paralisação em todas as datas que houver reunião com o governo e votações relativas à nossa pauta;
- ✓ Aprovada a construção de caravanas a Brasília;
- ✓ Plenária virtual em abril, para debater a conjuntura. Nesta plenária, serão discutidos os



objetivos e data para a caravana.

- ✓ Que a Direção da FASUBRA encaminhe ofício, solicitando reunião, em caráter de urgência, para os ministros da Educação, Camilo Santana e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, para tratar do cumprimento integral do acordo de greve;
- ✓ A Direção da FASUBRA deve convidar as centrais sindicais para uma reunião para tratar do apoio às pautas protocoladas junto ao governo, cumprimento integral do acordo e discussão sobre o RJU;

OUTRAS RESOLUÇÕES

- ✓ Que a Direção da FASUBRA realize seminários de formação sindical, regionais;
- ✓ Que a Direção da FASUBRA organize Seminário Nacional de servidores PCD;
- ✓ Que a FASUBRA reafirme a orientação para que as entidades organizem debates sobre o Decreto 10.620/2021, que passa os aposentados/as das autarquias e fundações para o INSS.
- ✓ Que a FASUBRA reforce o movimento dos aposentados/as, nacionalmente, pela não implantação do Decreto 10.620/21;
- ✓ Que a FASUBRA oriente os sindicatos a darem cursos de letramento digital para aposentados/as, aposentandos/as e pensionistas, incentivando a participarem ativamente das assembleias e da vida sindical;
- ✓ Intensificar a luta pela regulamentação da Convenção 151 da OIT no Brasil;
- ✓ Fortalecer a mobilização pela regulamentação da negociação coletiva no serviço público, com foco no governo federal;
- ✓ Garantir a defesa da data base para reajustes salariais e benefícios, assegurando a paridade e



integralidade para ativos, aposentados e pensionistas;

- ✓ Continuar a luta para que o auxílio saúde seja expandido para todo/as os trabalhadores/as, independente de terem plano de saúde;
- ✓ ENFATIZAR, na mesa de negociação, a importância do reposicionamento dos aposentados, como reparação de erro histórico, do ano de 2005, no governo Lula;
- ✓ Defender o auxílio nutricional para os/as aposentados/as;
- ✓ Que a FASUBRA solicite manifestação, em defesa das nossas pautas, às entidades internacionais às quais a FASUBRA é filiada e enviem ao MGI;
- ✓ Que a FASUBRA solicite apoio às suas pautas de lutas às Centrais Sindicais que atua em sua base;
- ✓ Que a FASUBRA retome as reuniões dos GT Educação e Racial entre outros, para aprimoramento de seus projetos;
- ✓ Defesa da ADI 6254 (questiona o desconto previdenciário de aposentados e pensionistas);
- ✓ Defesa da ADPF1068 (Arguição de descumprimento de preceito fundamental) que trata do questionamento sobre a obrigação dos entes integrantes da administração pública direta seguirem normas de saúde, higiene e segurança do MTE – As normas regulamentadoras – e se a justiça do trabalho tem competência para julgar processos sobre o tema;
- ✓ Buscar apoio de deputados e senadores, às nossas propostas e solicitar que publiquem em suas páginas;

A plenária aprova que a FASUBRA-Sindical solicite à assessoria jurídica parecer quanto a viabilidade de judicialização caso não seja implementada a concessão administrativa da aceleração da progressão por capacitação, aos servidores que possuem o direito adquirido, nos termos do art 10, parágrafos 3 e 4, da Medida Provisória 1286/2024 em vigor.



A coordenação jurídica da FASUBRA deve solicitar à sua assessoria jurídica, se viável, a elaboração de parecer contemplando o seguinte:

- Instrumento administrativo e/ou jurídico mais adequado a ser utilizado de maneira a garantir o direito;
- Tese a ser utilizada/defendida para garantia do direito; e
- Outras questões pertinentes ao assunto.

O parecer da AJN será objeto de análise na plenária virtual de abril.

ESTADUAIS E MUNICIPAIS

- ✓ Realizar plenária virtual com as entidades estaduais para construir um calendário de lutas e acompanhamentos das suas demandas;
- ✓ Que a coordenação das estaduais e municipais agende reunião com a Associação Brasileira dos Reitores da Universidades estaduais e Municipais (ABRUEM);

MOÇÕES

As moções apresentadas na plenária serão publicadas após análise da AJN da FASUBRA.

XI ENCONTRO NACIONAL DE APOSENTADOS (AS), APOSENTANDOS (AS) E PENSIONISTAS

O crescimento do número de aposentados(as) e pensionistas é um reflexo de diversas mudanças demográficas e socioeconômicas como o envelhecimento da população e as reformas



nas leis de aposentadoria. Esses fatores tornam essencial a mobilização para garantir a valorização e a preservação dos direitos adquiridos. A luta dos aposentados(as) e pensionistas tem sido focada não apenas em manter benefícios e reajustes, mas também em garantir dignidade e qualidade de vida da população idosa, enfrentando desafios como a inflação e a perda de poder aquisitivo.

Nesse contexto nos dias 15, 16 e 17 de outubro de 2024 no auditório da ADUnB-UnB, em Brasília, com coordenação das Coordenadoras Maria Tereza Tavares Fujii e Elma Dutra online, substituída presencialmente por Gláucia Nunes Viñas, ocorreu o XI Encontro de Aposentados(as), Aposentandos(as) e Pensionistas da base da FASUBRA. O evento reuniu 225 participantes representando 34 Entidades de Base para discutir temas relevantes para o segmento de Servidores Técnico-administrativos em Educação. Durante os três dias de debates foram abordadas questões de interesse geral e específico desse grupo, com o objetivo de revitalizar e reorganizar a luta por seus direitos. No primeiro dia a abertura contou com a presença da Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, do Secretário dos Direitos da Pessoa Idosa, Alexandre Silva, e das Coordenadoras Gerais da FASUBRA, Cristina del Papa e Ivanilda Reis.

Na parte da tarde as pessoas presentes no Encontro participaram do Ato na frente do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para cobrar do Governo a abertura das mesas para a discussão do acordo de greve.

No segundo dia foram apresentadas as palestras: Saúde e qualidade de vida pós aposentadoria, com a Psicóloga Maria Helena Silveira; Violências contra as pessoas idosas, com a Assistente Social Geruza Alves Rodrigues; Direitos dos aposentados(as) e das pessoas idosas, com a Assistente Social Regina Teles Tomé. O Advogado Cláudio Santos, Assessor Jurídico da FASUBRA, participou no terceiro dia fazendo explanação sobre a Reestruturação do PCCTAE e o reposicionamento dos aposentados e aposentadas prejudicados(as) no enquadramento da Lei 11.091 de 2005, junto com as Coordenadoras Márcia Abreu e Ivanilda Reis.

As discussões resultaram em contribuições significativas para o debate político, identificando as causas de problemas imediatos enfrentados por essa categoria e propondo



soluções coletivas para superá-los. Entre os temas abordados destacou-se a conjuntura nacional e a internacional, que apresenta elementos de mudança com impacto direto sobre o Brasil e o mundo. Assim, reforçou-se a importância da vigilância e da participação ativa dos aposentados(as) buscando fortalecer a luta e garantir avanços para o segmento no contexto atual e nas transformações vindouras.

Aposentados e aposentadas, depois de intensos debates, tiraram uma importante pauta de reivindicações, com propostas que representam a valorização e a defesa de seus direitos, especialmente no contexto dos servidores públicos vinculados às Instituições Federais de Ensino (IFES). Pontuamos as orientações e explicações para cada item.

1. Vale-nutrição para aposentados: a FASUBRA já está fazendo essa defesa. É um benefício adicional que muitos aposentados reivindicam como parte de uma política de reconhecimento e manutenção do bem-estar. Seria importante mobilizar os sindicatos para discutir essa pauta com as IFES e buscar apoio legislativo para a sua implementação.

2. Aproveitamento dos diplomas de capacitação: considerar qualificações com menos de 20 horas é uma maneira de valorizar o esforço dos servidores que buscam desenvolvimento contínuo. A recomendação seria propor uma emenda específica para o reconhecimento dessas formações, aproveitando a discussão sobre reposicionamento na carreira.

3. Defesa do SUS 100% público e gratuito: este é um ponto essencial para garantir a saúde universal no Brasil. A participação ativa dos aposentados em ações e campanhas em defesa do SUS fortalece essa causa.

4. Luta contra o decreto 10.620/2021: esse decreto, que tenta centralizar a gestão da aposentadoria dos servidores públicos no INSS, pode trazer prejuízos aos direitos dos aposentados. Mobilizar contra ele é uma estratégia importante para manter a autonomia das IFES sobre seus aposentados.

5. Formação de grupos de trabalho de aposentados nos sindicatos de base: esses grupos de trabalho (GTs) são fundamentais para organizar pautas específicas dos aposentados, contribuindo para a discussão coletiva e a criação de estratégias focadas nos interesses da categoria.



6. Campanha nacional para regularizar o voto dos aposentados na escolha de reitores e participação em conselhos universitários: é essencial para manter a integração e representatividade dos aposentados nas decisões institucionais. Um apoio jurídico da FASUBRA pode fortalecer essa demanda.

7. Visitas aos deputados para solicitar apoio às pautas dos aposentados: organizar visitas aos parlamentares locais é uma forma eficaz de sensibilizar o poder legislativo sobre as demandas dos aposentados, aumentando o apoio à essas pautas.

8. Inclusão dos acordos de greve nas minutas do projeto de lei em elaboração pelo MGI: isso garante que os compromissos assumidos com a categoria estejam formalizados e sejam cumpridos.

9. Proposta de isenção do Imposto de Renda até o teto da Previdência Social: a sugestão de cobrar IR apenas acima do teto previdenciário é uma medida justa para aposentados que buscam aliviar a carga tributária.

10. Retorno do auxílio-saúde aos percentuais de 50% do plano de referência da ANS: defende a melhoria do subsídio de saúde, o que pode beneficiar diretamente os aposentados que dependem do auxílio-saúde.

11. Eleição das Comissões Internas de Supervisão da Carreira (CIS): é importante que haja renovação e participação democrática nas CIS, permitindo que os aposentados também estejam bem representados.

12. Combate ao etarismo nos discursos da Direção Nacional e dos sindicatos de base: atitudes e políticas anti-idade são necessárias para respeitar a experiência dos aposentados e manter sua dignidade no ambiente sindical e institucional.

13. Proposta de ementa para reposicionamento dos aposentados na Lei n.º 11.091/2005: a alteração do art. 15 dessa lei, com a inclusão do § 6º, estabelece que os aposentados e pensionistas tenham reposicionamento com base na situação em que estavam na data da aposentadoria ou do início da pensão. Isso assegura que sejam respeitados os direitos adquiridos dos servidores, fortalecendo sua posição dentro do plano de carreira.

Cada um desses pontos merece atenção especial para que os aposentados possam se



sentir valorizados e representados, mesmo após sua contribuição laboral direta. Para isso, o engajamento coletivo, a pressão sobre as instituições e a articulação com os sindicatos e o legislativo são passos fundamentais.

Moções aprovadas no Encontro:

Repúdio ao Etarismo contra Aposentados.

Manifestamos nosso total repúdio a qualquer forma de etarismo e discriminação dirigida aos aposentados, tanto em redes sociais quanto em interações pessoais. Condenamos firmemente atitudes que visam desvalorizar, menosprezar ou invisibilizar a experiência, o conhecimento e a contribuição de nossos aposentados que dedicaram anos de suas vidas ao serviço público e ao fortalecimento de nossas instituições.

Os aposentados merecem respeito e reconhecimento, pois suas trajetórias representam a base e a continuidade das lutas e conquistas de nossa categoria. É inadmissível que, em espaços públicos ou privados, se promovam práticas discriminatórias que isolam e diminuem a importância dos que tanto contribuíram para a construção de nossa história.

Exigimos o fim do etarismo em todas as suas manifestações e reforçamos nosso compromisso em defender a inclusão, o respeito e a dignidade de todos os aposentados. É essencial que construamos uma cultura de valorização intergeracional em que cada fase da vida seja reconhecida pelo seu valor e contribuição.

Solidariedade às Coordenadoras da FASUBRA, Cristina del Papa e Loiva Chansis

Apoiamos integralmente as Coordenadoras da FASUBRA, Cristina del Papa e Loiva Chansis, em sua dedicação e compromisso à frente da representação de nossa categoria, e repudiamos veementemente os ataques sofridos por elas. Segmentos sectaristas, ao promoverem ataques pessoais e tentativas de desmoralização, visam distorcer e enfraquecer o papel fundamental da Federação, que é representar e defender o conjunto dos trabalhadores técnico-administrativos em educação.

A perseguição às coordenadoras, com invasão de privacidade, devassa de suas vidas



peçoais e imputações falsas de crimes, é absolutamente inaceitável. Esse tipo de ataque não apenas afeta as coordenadoras, mas atinge também a todos os que acreditam na luta sindical como uma ferramenta de fortalecimento e transformação social.

Expressamos nossa solidariedade às companheiras e reafirmamos nosso apoio ao trabalho sério e dedicado que desempenham na FASUBRA. É crucial que nos mantenhamos unidos para combater tentativas de intimidação e para fortalecer a defesa de nossa categoria frente a adversidades e práticas sectárias que buscam dividir e enfraquecer nosso movimento.

Maria Tereza Tavares Fujii

Coordenadora de
Aposentados da FASUBRA

Elma Dutra

Em substituição do Coordenador de Aposentados da FASUBRA
Mozart Robério de Sá Siqueira

CALENDÁRIO 2025

MARÇO

| | |
|---------|---|
| 17 a 20 | Semana de Lutas pela aprovação da LOA e cumprimento do acordo |
| 18 e 19 | CNSC - FASUBRA |
| 20 e 21 | GT CARGOS – GT RSC |
| 20 | Reunião de Mulheres |
| 28 | Paralisação – Reunião GT MGI |

ABRIL

| | |
|---------|---|
| 09 | Reunião Virtual GT- LGBTQIA+ |
| 25 e 26 | Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora – Brasília |

MAIO

| | |
|---------|----------------------------|
| 1º | Dia do Trabalhador |
| 16 a 18 | Encontro Nacional LGBTQIA+ |